

Comissão Central de Pós-  
Graduação  
CCPG



Ata  
411<sup>a</sup> Reunião  
Ordinária

06/12/2023

Sala do CONSU

1 **ATA DA QUADRAGÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA (411ª) REUNIÃO DA COMISSÃO CENTRAL**  
2 **DE PÓS-GRADUAÇÃO.** Aos seis de dezembro de dois mil e vinte e três, às nove horas, na Sala  
3 de Reuniões do Conselho Universitário (CONSU), na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Distrito  
4 de Barão Geraldo, em Campinas, reuniu-se a Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG), sob  
5 a Presidência da Professora Doutora **RACHEL MENEGUELLO** e com o comparecimento dos  
6 seguintes Membros: Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ), Daniel Albieiro (FEAGRI), Enelton  
7 Fagnani (FT), José Guilherme Cecatti (FCM), Maiane Junqueira Teixeira Neto (Representante  
8 Discente FEEC), Márcia Azevedo de Abreu (IEL), Marko Synesio Alves Monteiro (IG), Matheus  
9 Alves Albino (Representante Discente IFCH), Mauro Cardoso Simões (FCA), Nashieli Cecilia  
10 Rangel Loera (IFCH), Orlando Luis Goulart Peres (IFGW), Pedro Maciel Guimarães Junior (IA),  
11 Renato Barroso da Silva (FEF), Paulo Sérgio Fracalanza (IE), Plamen Koshlukov (IMECC), Savio  
12 Souza Venâncio Vianna (FEQ) e Tiago Zenker Gireli (FECFAU). Estiveram presentes o Prof.  
13 Sérgio Bertelli Pflanzler Junior substituindo a Profa. Liliana de Oliveira Rocha (Coordenadora  
14 CPG/FEA), Profa. Luciana de Lione Melo substituindo a Profa. Renata Cristina Gasparino  
15 (Coordenadora CPG/FENF), Prof. João Batista Fogagnolo substituindo o Prof. Marco Lucio  
16 Bittencourt (Coordenador CPG/FEM) e Profa. Débora Alves Nunes Leite Lima substituindo o Prof.  
17 Valetim Adelino Ricardo Barão (Coordenador CPG/FOP). Justificaram a ausência o Prof. Antônio  
18 Carlos Rodrigues de Amorim (Coordenador CPG/FE), Prof. Cláudio Chrysostomo Werneck  
19 (Coordenador CPG/IB), Sra. Elayne Rohem Peçanha (Representante Discente IQ), Sra. Elisa  
20 Dell’Arriva (Representante Discente IC) e Prof. Luiz Fernando Bittencourt (Coordenador CPG/IC).  
21 Estiveram presentes Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (Coordenador DAC), Profa. Dra. Cláudia  
22 Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG), Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi (Assessor PRPG),  
23 Sra. Cristina Ferreira de Souza (AT da PRPG), Sra. Silvana Milanin Mendes (Coordenadora de  
24 Serviços PRPG), Sra. Marli Padovan de Souza (Coordenadora de Serviços PRPG), Sra. Juliana  
25 Cristina Barandão (AT da CCPG) e Sra. Bárbara de Almeida (Estagiária CCPG). A **Sra.**  
26 **Presidente** informou as justificativas de ausência e substituições, e, em seguida, deu boas-vindas  
27 ao Prof. Plamen Koshlukov, novo coordenador do IMECC, em substituição ao Prof. Aurélio. Dando  
28 sequência, informou que havia duas atas para aprovação. Colocou em votação a Ata da  
29 Quadringésima Nona (409º) Sessão Ordinária da CCPG. Perguntou se havia comentários ou  
30 manifestações, e, não havendo, submeteu à aprovação da referida Ata, que foi aprovada com **05**  
31 **(cinco) abstenções**. Em seguida, colocou em votação a Ata da Quadringésima Décima (410º)  
32 Sessão Ordinária da CCPG. Perguntou se havia comentários ou manifestações, e, não havendo,  
33 submeteu à aprovação da referida Ata, que foi aprovada com **06 (seis) abstenções**. Passando  
34 para a Ordem do Dia, disse que a Mesa destacava os itens 1, 2, 3 da pauta. Perguntou se havia

1 mais algum destaque ou observação, e, não havendo, colocou em votação os itens não  
2 destacados da pauta, que foram aprovados por unanimidade. **ORDEM DO DIA: ITEM 4.**  
3 **ALTERAÇÃO DO CALENDÁRIO DE OFERECIMENTO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO**  
4 **LATO SENSU EM FISIOTERAPIA APLICADA À NEONATOLOGIA – FCM.** PROC. Nº 02-P-  
5 1439/2021. FCM – Parecer favorável exarado pelo Prof. Elias Basile Tambourgi (Assessor da  
6 PRPG). Fls. 50 a 59. **ITEM 5. ALTERAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU**  
7 **EM FISIOTERAPIA PEDIÁTRICA – FCM.** PROC. Nº 02-P-34901/2022. FCM – Parecer favorável  
8 exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 60 a 73. **ITEM**  
9 **6. CATÁLOGO DOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA DE 2024 – FCM.** PROC. Nº 01-P-  
10 37742/2023 (d). FCM - Fls. 74 a 79. **ITEM 7. SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE**  
11 **PRORROGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO COMO DOCENTE PERMANENTE EM PROGRAMA**  
12 **DE PÓS-GRADUAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EXTERNA PROF. FABIO**  
13 **TOSHIO KANIZAWA – FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA.** PROC. Nº 03-P-  
14 46734/2022. FEM – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli  
15 (Assessora da PRPG). Fls. 80 a 96. **ITEM 8. ACORDOS. a) TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO**  
16 **AO CONVÊNIO DE TESE EM COTUTELA ENTRE A UNICAMP (IA) E A UNIVERSIDADE**  
17 **SORBONNE NOUVELLE 3 (FRANÇA) – SRA. LETÍCIA WEBER JAREK.** PROC. Nº 17-P-  
18 16166/2023. IC. Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli  
19 (Assessora da PRPG). Fls. 97 a 109. **b) CONDIÇÕES SUPLEMENTARES (TERMO ADITIVO Nº**  
20 **2) AO ACORDO DE COTUTELA FIRMADO ENTRE A UNICAMP (IC) E A UNIVERSITÄT BERN**  
21 **(SUIÇA) – SR. FILIPE MACIEL ROBERTO.** PROC. Nº 34-P-45264/2023. IC – Parecer favorável  
22 exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG). Fls. 110 a 175.  
23 **DESTAQUES DE MESA: ITEM 1. MINUTA DE DELIBERAÇÃO CEPE-A QUE INSTITUI O**  
24 **PROGRAMA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES**  
25 **COM DEFICIÊNCIA (PAEE) PARA DISCENTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-**  
26 **GRADUAÇÃO DA UNICAMP.** PROC. Nº 01-P-7164/2023(d). CEPE. Fls. 5 e 6. **ITEM 2.**  
27 **INSTRUÇÃO NORMATIVA CCPG Nº 02/2023 QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE**  
28 **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA –**  
29 **PAEE PARA DISCENTES DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNICAMP.** Fls. 7 a 15.  
30 **ITEM 3. CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA UNIPROFISSIONAL EM CIRURGIA E**  
31 **TRAUMATOLOGIA BUCOMAXILOFACIAL DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS (FCM) –**  
32 **PARA OFERECIMENTO NA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE PIRACICABA (FOP).**  
33 PROC. Nº 02-P-12110/2019. FOP – Parecer favorável exarado pelo Prof. Dr. Elias Basile  
34 Tambourgi (Assessor da PRPG). Fls. 16 a 49. A **Sra. Presidente** informou que havia uma

1 apresentação no expediente, do SAE, que tinha se transformado na Diretoria Executiva de Apoio  
2 e Permanência Estudantil (DAEPE), e seria convidada permanente da CCPG. Deu boas-vindas à  
3 Sra. Adriane e à Profa. Mariana, da nova diretoria. Informou que tinha pedido que elas viessem  
4 para fazer uma breve apresentação sobre a nova diretoria para a CCPG. Agradeceu muito a  
5 existência daquela nova diretoria, que incorporaria, de fato, a pós-graduação nas ações do SAE.  
6 Salientou que o SAE sempre tinha incorporado a pós-graduação, mas nunca tão adequadamente  
7 quanto os alunos e professores desejavam. Informou que, como a Profa. Mariana ainda não tinha  
8 chegado, começaria com a Ordem do Dia. Dando sequência à Ordem do Dia, disse que o Item 1  
9 se tratava de uma Minuta de Deliberação CEPE, que instituía o Programa de Atendimento  
10 Educacional Especializado para os estudantes com deficiência, tanto para os discentes da  
11 graduação quanto para os da pós-graduação. A universidade entendia que aquilo deveria ser  
12 normatizado. Disse que aquilo já tinha sido aprovado na CCG, e que estavam esperando a  
13 aprovação da CCPG. Informou que havia duas normativas, e que os itens 1 e 2 estavam  
14 associados. O Item 2 era uma normativa da CCPG, enquanto o Item 1 já seria uma deliberação  
15 CEPE. De maneira geral, tratava-se de formalizar e normatizar a inclusão através daquela cartilha  
16 de boas práticas de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, além do  
17 compromisso da universidade para dar conta da garantia dos direitos daqueles alunos. Informou  
18 que o Item 1 precisaria da anuência da CCPG, pois o Artigo 3º dizia que os procedimentos e o  
19 funcionamento do programa seriam estabelecidos por Instruções Normativas específicas da  
20 CCPG e da CPG. Na verdade, era uma Minuta que colocava, para a universidade, a normatização  
21 da inclusão dos alunos PCD. Perguntou se alguém tinha manifestações ou comentários. Passou a  
22 palavra para o Prof. Orlando. O conselheiro **Prof. Orlando Luís Goulart Peres (IFGW)** disse que,  
23 na Física, havia outro problema, que não sabia como resolver. Às vezes, o SAE informava a eles  
24 sobre onde os alunos se encontravam no espectro autista, mas não sabiam qual grau  
25 correspondia àquela informação. Por isso, já tinham ocorrido casos em que o aluno tinha um grau  
26 alto e o professor não sabia. Gostaria de saber como fazer aquilo, pois, apesar de ser delicado  
27 dizer qual era o grau do espectro autista de uma pessoa, muitas vezes o professor não sabia  
28 como reagir. Por isso, talvez fosse o caso de existir um modo diferente de passar aquela  
29 informação para os professores. Disse que, em relação à aplicação de prova, faziam tudo certo,  
30 mas que havia outras coisas além daquilo. Solicitou um esclarecimento sobre aquela questão. A  
31 **Sra. Presidente** disse que aquele comentário tinha sido muito bom, mas que deixaria a dúvida  
32 para ser respondida durante a apresentação, visto que aquilo certamente estaria embutido nas  
33 falas das Profas. Adriane e Mariana. Passou a palavra para a Profa. Nashieli. A conselheira **Profa.**  
34 **Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** cumprimentou a todos e questionou se a Instrução

1 Normativa seria votada separadamente, pois tinha um comentário a fazer sobre ela. A **Sra.**  
2 **Presidente** respondeu afirmativamente. Esclareceu que precisavam votar separadamente porque  
3 eram dois documentos, mas que a discussão era a mesma. Após a votação, a Profa. Nashieli  
4 poderia fazer o seu comentário sobre a Instrução Normativa. Informou que deixaria o conteúdo  
5 das eventuais dúvidas para a apresentação. Perguntou se mais alguém tinha observações ou  
6 comentários, e, não havendo, colocou o Item 1 em votação, que foi aprovado por unanimidade.  
7 Passou para o Item 2, que se tratava da Instrução Normativa sobre o programa de atendimento  
8 especializado para os alunos PCD. Perguntou se alguém tinha comentários ou observações.  
9 Passou a palavra para a Profa. Nashieli. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera**  
10 **(IFCH)** perguntou se, na Instrução Normativa, estava correto passar do Artigo 2 diretamente para  
11 o Artigo 4. A **Sra. Presidente** respondeu que era um erro e agradeceu a correção. A conselheira  
12 **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que tinha outra dúvida, em relação ao Artigo  
13 1. Relatou que tinha um colega da Ciência Política com deficiência visual, o Prof. André Kaysel,  
14 que sempre trazia, nas reuniões e congregações, a dificuldade que enfrentava, inclusive, para  
15 usar qualquer sistema da Unicamp. Exemplificou que, para ele, era impossível navegar no sistema  
16 SIGA sem a ajuda de alguém, mesmo para fazer coisas básicas, como inserir as notas no  
17 sistema. Como a indicação de que a pessoa tinha alguma deficiência seria feita pelo sistema,  
18 questionou se, desde o início, a inscrição seria adaptada para que a própria pessoa pudesse  
19 fazer. Isso porque não adiantava fazerem toda aquela discussão e não terem, desde o início,  
20 acessibilidade para aquelas pessoas. Disse que era um prazer estar discutindo aquilo e fazendo  
21 uma política institucional, o que considerava muito necessário, mas que ainda havia muita  
22 discussão para fazer. A **Sra. Presidente** agradeceu à Profa. Nashieli pela observação, porque o  
23 Prof. André era seu colega de departamento da Ciência Política. Ele era um professor jovem, que  
24 tinha ingressado há aproximadamente sete anos, tinha deficiência visual e era representante da  
25 bancada docente do CONSU. Disse que ele já tinha feito várias manifestações no Conselho  
26 Universitário sobre o fato de que não conseguia ter autonomia para ser professor, ou seja, ele  
27 precisava pedir para outra pessoa colocar as notas no sistema. Disse que não fazia sentido a  
28 universidade não se adaptar, mas que aquela era a preocupação da universidade. Disse que não  
29 sabia como estava aquele programa de adaptação, mas que talvez a DAC soubesse. No caso da  
30 PRPG, anunciou que o Marcos, que era o responsável pelo setor de informática, já estava se  
31 mobilizando para terem um sistema de acesso às informações da pós-graduação na página da  
32 PRPG. Aquilo não resolveria as questões das quais o Prof. André falava, mas resolveria as  
33 questões de acesso à informação. Solicitou que guardassem outros comentários sobre aquilo para  
34 a apresentação. Passou a palavra para o Prof. Daniel. O conselheiro **Prof. Daniel Albieiro**

1 **(FEAGRI)** cumprimentou a todos e parabenizou a atitude da universidade, que achava ser uma  
2 ação primordial. Achava, inclusive, que tinham demorado para fazer aquilo. Ressaltou que era  
3 muito importante uma visão mais humanista para com os PCDs. Relatou que, na pandemia, tinha  
4 tido uma experiência com um aluno excelente, que era surdo, mas que fazia leitura labial. A única  
5 coisa que ele tinha solicitado nem tinha sido em relação ao SAE ou à DAC, mas para que o  
6 professor falasse um pouco mais devagar. Tinha dado tudo certo. No entanto, naquele Artigo 4,  
7 após análise da documentação e da comprovação da indicação, era dito que o DEAPE – que  
8 agora sabia que era o SAE – iria elaborar um plano individual de atendimento em conjunto com o  
9 discente. Era ótimo. Além disso, estava dito que o coordenador teria que tomar ciência das ações.  
10 Questionou como ficaria a questão do treinamento dos professores, até para a graduação. Disse  
11 que tinha tido sorte com aquele aluno que fazia leitura labial, mas que existiam surdos-mudos.  
12 Relatou que sua esposa era professora de libras, e que, por isso, tinha solicitado que ela o  
13 ensinasse. Tinha começado a aprender, mas era complexo. Reforçou que os docentes  
14 precisavam ter um treinamento para aquele tipo de estudante, ou, pelo menos, o SAE e a  
15 universidade tinham que colocar pessoal qualificado para ficar do lado do professor. Não fazia  
16 ideia de como dar aula para um estudante com deficiência visual, por exemplo. Achava que era  
17 importante no aspecto da pós-graduação, e talvez até mais na graduação. Relatou que nunca  
18 tinha tido aluno autista, mas com TDAH sim. Relatou que eles solicitavam e que tinham o direito  
19 de fazer a prova separada, e que tinha feito tudo certo. O SAE tinha até enviado o documento de  
20 orientação, que era assustador. Disse que tinham que ser um pouco mais maleáveis. Afirmou que  
21 gostaria de ter conhecimento e treinamento para lidar com os alunos PCDs, pois não tinha. A **Sra.**  
22 **Presidente** agradeceu e disse que aquela, talvez, fosse uma dúvida que todos tivessem. Nem  
23 todos tinham passado por situações semelhantes, mas passariam, pois a universidade estava se  
24 abrindo para aquilo. Reforçou que as Profas. Mariana e Adriane falariam sobre aquilo. A  
25 conselheira **Profa. Márcia Azevedo de Abreu (IEL)** disse que o termo PCD incluía uma gama  
26 ampla de limitações. Disse que, no IEL, iriam se preparar, por exemplo, para ter um prédio com  
27 elevador. No entanto, questionou se teriam material em braile, por exemplo, pois eles não  
28 conseguiam ler a bibliografia. Seu medo era que de incluíssem os alunos sem dar condições  
29 adequadas para eles, pois, assim, o estigma pioraria. Reforçou que tinham que pensar no  
30 treinamento, mas também em toda uma gama de dificuldades. A **Sra. Presidente** disse que tudo  
31 aquilo estava na apresentação. Passou a palavra para a Profa. Mariana. A **Profa. Mariana Freitas**  
32 **Nery** cumprimentou a todos e disse que era diretora do DEAPE, o antigo SAE. Portanto, agora  
33 estaria não somente na PRG e na CCG, mas seria convidada para a CCPG também. Disse que  
34 viria sempre que possível. Naquele dia, a Sra. Adriane Soares Pelissoni (DEAPE), que era

1 coordenadora da Orientação Educacional, iria apresentar e esclarecer muitas dúvidas. Adiantando  
2 a dúvida do Prof. Daniel, esclareceu que a DEAPE não cuidava da parte de treinamento para os  
3 professores, mas somente dos estudantes, especificamente. No entanto, a DeDH e a EA2,  
4 deveriam prover treinamento. O problema era que, quando eles provinham um tipo de treinamento  
5 como aquele, ninguém vinha. Exemplificou que tinha acabado de acontecer o Ciclo Anticapacitista  
6 na DeDH, em que, apesar de ter tido uma ampla divulgação, não tinha aparecido nenhum  
7 professor. Disse que era muito complicado e que estava conversando com o Arnaldo sobre a  
8 provisão de um treinamento. Achava que unir forças com alguém da PRPG para desenhar aquele  
9 tipo de treinamento seria importante, junto com EA2. No entanto, não podiam obrigar ninguém a ir.  
10 Às vezes, era um esforço enorme para fazerem aquilo e a assistência era muito pouca. Teriam  
11 que conversar muito sobre aquilo. Achava que não era a primeira nem a última vez que falariam  
12 sobre aquilo na CCPG, mas, por enquanto, solicitou que a Adriane esclarecesse algumas das  
13 dúvidas. A **Sra. Presidente** solicitou que esperassem a apresentação, se houvesse mais  
14 perguntas sobre aquele assunto. Voltando à Instrução Normativa, passou a palavra para o Prof.  
15 Thiago. O conselheiro **Prof. Thiago Zenker Gireli (FECFAU)** disse que faria um aparte na  
16 questão do texto. Além do artigo, estavam citando sempre o coordenador de curso. Porém, no  
17 caso da pós-graduação, como era uma deliberação própria, não fazia sentido colocar coordenador  
18 de cursos. Disse que ou era coordenador de programa ou coordenador de ensino de pós-  
19 graduação, como estava na tabela de gratificações. Era uma questão de redação, porque aquela  
20 era a deliberação e a Portaria da pós-graduação. Sugeriu a troca da terminologia. A **Sra.**  
21 **Presidente** disse que ficaria como “coordenador de programa”, então. Na verdade, aquele termo  
22 tinha sido trazido da CCG. O conselheiro **Prof. Thiago Zenker Gireli (FECFAU)** agradeceu. A  
23 **Sra. Presidente** colocou o Item 2 em votação, com a correção da numeração dos artigos a partir  
24 do Artigo 3º e com a mudança da nomenclatura, que foi aprovado por unanimidade. Passou para  
25 o Item 3, que se tratava de uma menção ao fato de que a universidade estava criando um  
26 programa de residência uniprofissional em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial, da  
27 Faculdade de Ciências Médicas, para oferecimento na Faculdade de Odontologia. Perguntou se a  
28 Profa. Débora gostaria de se manifestar, no lugar do Prof. Valentim. A **Profa. Débora Alves**  
29 **Nunes Leite Lima (FOP)** disse que o Prof. Valentim não a tinha informado nada sobre aquilo, e  
30 que teriam reunião no dia seguinte. A **Sra. Presidente** disse que talvez a Profa. Liliana pudesse  
31 falar, porque ela era da Comissão das Residências. A **Profa. Luciana de Lione Melo (FENF)**  
32 cumprimentou a todos e disse que aquele programa já existia, mas que, com os trâmites do  
33 Ministério da Saúde, alguns trâmites estavam atrasados. Só estavam colocando em ordem. A **Sra.**  
34 **Presidente** disse que, em outras palavras, aquilo existia havia tempo e nunca tinha estado

1 regulado, mas que agora estava sendo. Era aquilo que estavam aprovando. Passou a palavra  
2 para o Sr. Fernandy. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (DAC)** perguntou como aqueles alunos  
3 estavam na Residência atualmente, porque estavam como retroativos a 2018. A **Profa. Luciana**  
4 **de Lione Melo (FENF)** disse que eles estavam como os outros tinham ficado na época em que  
5 tinham entrado, porque o Ministério da Saúde não esperava passarem por todas as instâncias da  
6 universidade para começarem o programa. O programa começava antes das coisas passarem em  
7 todas as instâncias. Disse que ele passava na COREMU e na Congregação, mas que não  
8 chegava até o final, porque o programa precisava começar. Achava que todos eles estavam  
9 corretos. Informou que, para aquele programa, faltava o credenciamento dos professores, mas  
10 que todas as questões das disciplinas já tinham sido enviadas, segundo o que Wellington tinha  
11 dito. Achava que estava tudo certo. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (DAC)** disse que ainda  
12 tinha problema com aqueles outros de 2013, que ainda não estavam no sistema. Estava falando  
13 aquilo para que o problema não aumentasse. A **Profa. Luciana de Lione Melo (FENF)** respondeu  
14 que estavam normalizando a situação daqueles de 2013, colocando as notas. O **Sr. Fernandy**  
15 **Ewerardy de Souza (DAC)** disse que ainda tinham alguns alunos faltantes. A **Profa. Luciana de**  
16 **Lione Melo (FENF)** disse que parte daquele problema tinha surgido em função de uma mudança  
17 que a CCPG tinha feito em relação ao PED. Portanto, o pessoal que estava fazendo a inserção  
18 dos documentos da COREMU no sistema DAC tinha ficado disponível para a mudança do PED.  
19 Aquilo tinha atrasado um pouco demais. Agradeceu. A **Sra. Presidente** disse que eram decisões  
20 com as quais o Fernandy teria problemas, mas que não podiam prejudicar os alunos. Eles tinham  
21 os seus direitos, mesmo que tudo aquilo fossem medidas retroativas. Achava que teriam que dar  
22 conta daqueles problemas. De toda forma, a criação de cursos tinha que passar por todas as  
23 instâncias da universidade, mas o Ministério não esperava por aquilo, como a Profa. Luciana tinha  
24 falado. Por isso, estavam regulamentando, normatizando e regulando aquele curso de residência.  
25 Perguntou se mais alguém tinha manifestações ou comentários, e, não havendo, colocou o Item 3  
26 em votação, que foi aprovado por unanimidade. Dando sequência ao Expediente, passou a  
27 palavra para a Sra. Adriane, que faria a apresentação. A **Sra. Adriane Soares Pelissoni**  
28 **(DEAPE)** disse que gostaria de manifestar sua felicidade por estar na CCPG para falar daquela  
29 temática. Ressaltou que, muitas vezes, eram chamados para falar fora da Unicamp, porque ela  
30 era referência em termos de permanência, mas que, às vezes, não conseguiam falar com os  
31 próprios colegas da universidade. Agradeceu todo o esforço conjunto para que chegassem àquele  
32 status. Informou que sua apresentação era referente a uma construção tanto dos alunos quanto  
33 do próprio SAE ao longo dos últimos anos, em que tinham tido que separar o que era direito dos  
34 alunos e o que era dever da instituição. Não podiam mais deixar os próprios alunos com



1 deficiência brigarem individualmente por seus direitos. Por conta disso, enquanto SAE, tinham  
2 estabelecido fluxos. Informou que tudo tinha começado como um combinado entre ela e o  
3 Fernandy, da DAC, mas que, enquanto instituição de referência, precisavam formalizar algumas  
4 coisas. Disse que a temática de pessoas com deficiência na Unicamp não era um assunto  
5 SAE/DAC, mas um assunto que tinha uma Comissão Assessora dentro da Diretoria de Direitos  
6 Humanos. Informou que aquela Comissão era presidida pela Profa. Níbia, e que era assessora  
7 dela, ou seja, tinha o dever de pensar sobre as diferentes políticas dentro da universidade para  
8 toda a comunidade, composta por discentes, docentes e técnicos administrativos. A Comissão  
9 tinha um projeto, que era a Unicamp mais acessível das barreiras arquitetônicas, urbanísticas e  
10 atitudinais. Disse que a Profa. Mariana tinha falado, no dia anterior, do ciclo Anticapacitista, que  
11 era uma ação daquela Comissão Assessora. O carrinho “Vamos” também tinha sido uma das  
12 ações junto daquela Comissão, pois os alunos de pós-graduação andavam com suas cadeiras  
13 elétricas na ciclovia. Relatou que, todos os dias, passava por um aluno e perguntava se ele  
14 precisava de ajuda de alguma forma, pois ficava preocupada de que alguém pudesse atropelá-lo.  
15 Um dia, conversando com o aluno, ele tinha dito que precisava de um transporte adequado, mas  
16 que, enquanto não existia, andava na ciclovia mesmo, e que, se morresse, seria culpa da  
17 Unicamp. Então, existiam outras esferas. Só para contextualizar, disse que o carrinho “Vamos”  
18 não tinha sido feito pelo SAE, mas sim pela Comissão Assessora, dentro de um projeto  
19 estratégico com a Prefeitura Universitária. O projeto consistia em providenciar um transporte  
20 pensando em eficiência e em prioridade, pois mudar todas as calçadas do ciclo básico era um  
21 custo enorme. A orientação educacional do SAE, portanto, era uma área que tinha nascido com a  
22 preocupação de assessorar aqueles estudantes que porventura precisassem de apoio ou que  
23 viessem com vulnerabilidades para a universidade. Reforçou que não se tratava apenas de  
24 condições materiais, como as bolsas, pois estar dentro da universidade também precisava de um  
25 apoio acadêmico. Portanto, disse que, ao longo dos doze últimos anos, período pelo qual tinha  
26 ficado responsável por aquela área, tinham orientado os alunos para tratar de duas questões:  
27 carreira e aprendizagem. Além disso, tinham assessorado os estudantes por meio de programas  
28 de desenvolvimento de habilidades, além de atendimentos coletivos e individuais. Atualmente, a  
29 orientação educacional contava com cinco orientadores, sendo todos doutores em Educação, por  
30 coincidência. Informou que eram eles quem organizavam os programas, faziam as atividades  
31 baseadas em evidências científicas e o assessoramento aos estudantes. Informou que, quando  
32 necessário, o assessoramento era feito individualmente, mas que a prioridade era o atendimento  
33 coletivo. Disse que, ao longo dos últimos anos, tinham feito aquilo prioritariamente para a  
34 graduação, pois eram um órgão da graduação. No entanto, tinham iniciado, na semana anterior, o

1 primeiro webinar específico para a pós-graduação, que se chamava “Termine sua Tese”.  
2 Relatou que tinham tido mais de 800 inscritos e mais de mil visualizações no YouTube para  
3 aquela atividade. Aquele era um assessoramento pensado para dizer o que o estudante precisava  
4 mudar e que tipo de ajuda precisava para uma atividade acadêmica. No caso da pós-graduação,  
5 especificamente do doutorado, seria terminar a tese. Ressaltou que nunca tinham atendido  
6 somente a graduação, mas qualquer aluno com dificuldade acadêmica. Relatou que, ao longo dos  
7 últimos anos, vinham atendendo muitos alunos com deficiência, que solicitavam ajuda por não  
8 conseguirem fazer determinadas coisas. Mas, quando olhavam para aquele caso, viam que havia  
9 algumas coisas que eram dever da universidade e que o aluno, enquanto sujeito, tinha que ficar o  
10 tempo todo pedindo para o professor e para o coordenador. Por isso, a orientação educacional  
11 tinha começado com o combinado com a DAC, até para protegerem a instituição e os colegas  
12 docentes, visto que, caso descumprissem um instrumento legal, era a Unicamp quem respondia.  
13 Inclusive, disse que ela representava a Unicamp naquela situação. Por isso, tinham estabelecido  
14 um fluxo, e parte dele estava traduzido naquela Instrução Normativa. Disse que, como o aluno era  
15 da universidade, ele não tinha que solicitar nada no SAE. Então, em primeiro lugar, ele solicitava  
16 na DAC e enviava os documentos comprobatórios, que estavam especificados legalmente. Em  
17 seguida, os orientadores educacionais olhavam aqueles documentos e faziam uma entrevista com  
18 o aluno, pois, às vezes, não se tratava apenas um laudo médico, visto que o aluno tinha toda uma  
19 história. Em determinados casos, durante a entrevista, por conta da história da pessoa, não  
20 precisavam de documentos. No entanto, também precisavam proteger a universidade, pois  
21 deviam comprovar que estavam atendendo quem era de direito e protegendo a instituição contra  
22 eventuais fraudes. A partir daquilo, faziam a carta que o Prof. Daniel tinha mencionado.  
23 Esclareceu que, às vezes, precisavam ser um pouco rígidos na carta para deixar claro para os  
24 envolvidos que aquilo era um direito legal da pessoa, o que, enquanto instituição, precisavam  
25 informar. Então, caso a pessoa não quisesse cumprir os direitos do aluno, ela assumiria a  
26 responsabilidade. Mas, enquanto instituição, colocavam que aquela pessoa tinha recebido uma  
27 análise e que precisava de determinadas adaptações. Disse que, às vezes, não sabiam o que  
28 eram aquelas adaptações, tampouco a própria pessoa, mas que ela tinha direito a elas. Por isso,  
29 estavam revendo um pouco aquele fluxo, pois, antes, mandavam para o coordenador, que dava  
30 ciência para os docentes. Relatou que tinham começado a fazer aquilo para sete alunos, e que,  
31 atualmente, tinham mais de 77. Aquilo tinha crescido exponencialmente, mas sabiam que muita  
32 gente não tinha conhecimento da existência do atendimento. Por isso, precisariam normatizar  
33 também. Reforçou que, no documento que o Prof. Daniel tinha mencionado, era explicado que o  
34 aluno fazia um acompanhamento pedagógico e que, a partir daquilo, o orientavam. Além disso,

1 reforçavam que aquilo era direito do aluno. Informou que também colocariam questões mais  
2 amplas, como a dilação de tempo e atendimento individualizado, por exemplo, que estavam  
3 presentes nos instrumentos legais. Muitas vezes, cada deficiente tinha necessidades diferentes,  
4 visto que tinham desenvolvimentos diferentes. Por isso, reforçou que aquilo era uma construção, e  
5 que, enquanto instituição, precisavam ter aquele olhar. Exemplificou que o IMECC e o IFGW, na  
6 graduação, já pediam uma lista para ela. Isso porque, atualmente, não estavam no sistema, visto  
7 que eram disciplinas de serviço. Informou que, oficialmente, só existiam 67 discentes deficientes  
8 declarados no cadastro, sendo 54 da graduação e o restante da pós-graduação. Disse que  
9 aqueles eram os que tinham documentado, e que estavam trabalhando com a DAC. Mas, no dia  
10 anterior, relatou que tinham recebido 75 pedidos de adaptação curricular, e que não eram os  
11 mesmos estudantes. Aquilo significava que, enquanto instituição, não tinham uma informação  
12 fidedigna naquele sentido. Disse que aquilo ocorreria porque tinham uma população subestimada,  
13 que, ou não queria falar que tinha uma deficiência, ou adquiria a deficiência ao longo do curso.  
14 Exemplificou que tinham tido um caso recente na pós-graduação, em que uma aluna, durante o  
15 doutorado, tinha sido diagnosticada com esclerose múltipla e perdido a fala e os movimentos.  
16 Disse que tinham uma Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que era o Estatuto  
17 do Deficiente. Então, a dilação do tempo, o atendimento individualizado e a prioridade estavam  
18 previstos naquela lei. Reforçou que aquilo era um instrumento legal, ou seja, um descumprimento  
19 faria com que respondessem para o Ministério Público. Também havia alguns decretos, mas a  
20 legislação maior era a Lei Brasileira de Inclusão. Esclareceu que a deficiência era aquela que  
21 tinha impedimento de longo prazo. TDAH e depressão, por exemplo, se fossem medicados, não  
22 tinham problema nenhum. No entanto, ninguém deixava de ser autista, cego ou cadeirante, por  
23 exemplo. Em longo prazo, haveria uma diferenciação frente às outras pessoas, em um contexto  
24 social. Aquilo era muito importante quando falavam de quem tinha direito, além de ser muito difícil,  
25 pois não se tratava somente de uma questão médica, mas de uma questão de longo prazo. Disse  
26 que aquilo era um trabalho conjunto com a UFSCar, que era referência em educação especial, e  
27 que eles sempre ajudavam a Unicamp com as atualizações legais. Para ajudar a saber quem era  
28 deficiente, disse que era só pensar em quem podia comprar um carro para deficiente ou  
29 estacionar em uma vaga para deficiente, por exemplo. Não se tratava de qualquer deficiência  
30 física, pois tinham que ver todas as questões legais envolvidas, como o prejuízo e o tempo.  
31 Exemplificou que eram consideradas deficiências as pessoas com deficiência auditiva, visual (com  
32 as várias classificações), intelectual, transtorno do espectro autista e deficiências múltiplas.  
33 Reforçou que, enquanto instituição educacional, a inclusão fazia parte dos processos, e que  
34 aquelas deficiências eram obrigações legais. Em relação aos transtornos do desenvolvimento de

1 habilidades escolares, como o TDAH, por exemplo, disse que existiam recomendações, como o  
2 tempo adicional. Então, havia aquelas diferenciações. Disse que as questões das disfunções  
3 simbólicas, transtornos mentais e comportamentais, por exemplo, eram diferentes, pois tinham  
4 percebido que, muitas vezes, havia uma sobreposição da saúde mental com a deficiência. Então,  
5 quando se tratava de uma questão como aquela, dificilmente optavam por uma adaptação  
6 curricular, pois não era necessário. Disse que o que estava sendo votado naquele dia era o  
7 processo de formalização daquele processo. Informou que não tinham estrutura no SAE porque  
8 continuariam com os mesmos cinco orientadores educacionais na área, enquanto, na DEAPE,  
9 tinha sido criada uma Célula de Acessibilidade Pedagógica. Então, queriam garantir aquele tipo  
10 de acessibilidade. Disse que, para as outras questões, havia outras esferas da universidade, mas  
11 que que queria contar com todos ali, pois ainda eram as mesmas cinco pessoas para fazer outras  
12 tarefas. Reforçou que aquele trabalho de alinhar as informações com a DAC tinha que começar no  
13 processo de vínculo institucional, e que, uma vez que a instituição soubesse, não podiam se omitir  
14 de agir. Relatou que, às vezes, se assustava com os programas de pós-graduação que já tinham  
15 cotas para deficientes, pois o aluno já tinha entrado com a cota e entregue o documento. Chamou  
16 a atenção para aquela situação, que teria que ser resolvida futuramente. Além disso, tinham que  
17 continuar com todo aquele trabalho mais amplo da universidade junto à DeDH, que era para a  
18 comunidade toda, pois, ali, estavam falando de uma parcela específica. Agradeceu. A **Sra.**  
19 **Presidente** disse que, antes de abrir para a discussão, faria um comentário sobre o Ministério  
20 Público. Disse que a PRPG vinha sendo recorrentemente questionada sobre o porquê de ainda  
21 não ter aberto formalmente uma deliberação específica para deficientes físicos, mesmo que já  
22 estivesse na deliberação que tinham aprovado para as cotas raciais, que abria a possibilidade  
23 para outros segmentos. Disse que tinham explicado tudo o que já estava acontecendo, mas que  
24 eles não aceitavam respostas. Teria que falar com a PG para saber o que deveria responder, pois  
25 já era a quinta vez que estavam sendo questionados. Então, de fato, a inclusão dos PCDs era  
26 uma situação difícil para a instituição, pois não adiantava dizerem que já tinham toda a estrutura e  
27 atendimentos prontos. Seguindo o mesmo raciocínio para a implantação das cotas raciais, disse  
28 que não dava para esperar tudo acontecer para, então, começarem a fazer. No entanto, eram  
29 questões muito objetivas e práticas. Não se tratava apenas de uma inclusão histórica e  
30 socioeconômica, mas que necessitava de cuidados médicos, de orientação específica e de  
31 infraestrutura física. Abriu para a discussão. Passou a palavra para o Prof. Orlando. O conselheiro  
32 **Prof. Orlando Luís Goulart Peres (IFGW)** disse que achava que, sobre a questão de a pessoa  
33 autista informar qual era seu espectro, apesar de ser uma informação complicada, o professor  
34 precisava ter conhecimento para saber como tratar a pessoa. Questionou como fazer aquilo sem

1 violar a privacidade do aluno. A **Sra. Adriane Soares Pelissoni (DEAPE)** respondeu que estava  
2 previsto, na Instrução Normativa, um plano individual, no qual o aluno diria o que ele queria.  
3 Aquilo poderia ser publicizado e enviado para os professores. Relatou que tinha feito uma reunião  
4 na FCM, quinze dias atrás, com uma aluna que tinha TDAH, que precisava de tempo a mais para  
5 fazer algumas coisas. Então, disse que faziam a parte mais humana, que consista em conversar  
6 com cada um quando houvesse necessidade. Informou que o estudante tinha o direito de não  
7 querer ir, e que tinham que documentar aquilo. Aquilo era uma questão de proteção à instituição.  
8 Disse que, talvez, pudessem trazer a Tânia, do Serviço de Assistência Psicológica e Psiquiátrica  
9 (SAPPE), para falar melhor sobre a questão do autismo. Informou que uma pessoa com autismo  
10 no nível de suporte 1 tinha dificuldades, principalmente, na comunicação, e que, embora tivesse  
11 autonomia, precisava de apoio para se comunicar. Muitas vezes, a própria equipe de orientação  
12 educacional era o nível de suporte 1, que tinha a função de mandar um e-mail para o professor e  
13 ir ao primeiro contato. No entanto, uma vez estabelecido o contato, não precisavam ir mais.  
14 Também havia os níveis de suporte 2, 3 e 4. Exemplificou que, no dia anterior, tinha atendido um  
15 aluno da graduação que havia relatado não ter conseguido fazer uma prova em laboratório porque  
16 tinha ficado contando os cliques no teclado durante a prova. Informou que, para quem estava  
17 dentro do espectro autista, a questão da audição era muito diferente, com estímulos recorrentes.  
18 Era por aquele motivo que o aluno tinha direito a fazer prova em um lugar isolado, com recursos.  
19 Por isso, disse que, quando soubessem, iriam colocar os recursos, mas que nem sempre  
20 conseguiam saber de tudo. Aquilo tinha que ter um olhar individual, e, por isso, era um  
21 atendimento educacional especializado. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)** cumprimentou  
22 a todos e disse que também achava louvável o que estava acontecendo. Relatou que sempre  
23 ouvia os colegas dizerem que aquilo tinha demorado para acontecer, mas que, quando  
24 começavam a pensar na adaptação e na estruturação para receber aquelas pessoas, viam que  
25 não se tratava de algo que se decidia rapidamente. Fazendo um paralelo com o trabalho que  
26 tinham feito na questão das cotas, lembrou que sempre se questionava se estavam prontos  
27 para aquilo, e que tinha sido convencido, naquela Comissão, de que, às vezes, precisavam  
28 colocar em prática primeiro e decidir o que fazer depois. Então, antes de falar em permanência,  
29 tinham que colocar os alunos na universidade, o que era um incentivo para buscarem  
30 infraestrutura e para trabalharem a permanência. Era daquela forma que a Unicamp fazia as  
31 coisas. Disse que entendia e respeitava, mas que, pensando naquele caso, sentia uma angústia,  
32 pois, quando oficializassem a vinda daqueles estudantes para a universidade, eles estariam  
33 esperando uma infraestrutura que não teriam. Exemplificou que, assim como a Sra. Adriane  
34 Soares Pelissoni (DEAPE) tinha falado, tinham conseguido a van para o rapaz que vinha com a

1 cadeira elétrica, porque não tinham como mudar todo o calçamento do ciclo básico. No entanto,  
2 aquela mudança precisava ser feita em algum momento. Questionou com que velocidade aquilo  
3 iria acontecer, pois era um absurdamente caro. Disse que, em Limeira, por exemplo, o  
4 atendimento do SAE era muito complicado, pois havia pouquíssimos funcionários. As trocas e  
5 manutenção de ar-condicionado também eram superdifíceis. Relatou que tinha conversado com o  
6 pessoal do CEMEC, e que eles tinham dito que havia dez técnicos para a Unicamp inteira, sendo  
7 que havia muito mais equipamentos de ar-condicionado na FT. Por conta disso, causava muita  
8 preocupação pensar em toda a infraestrutura e em todo o investimento milionário em recursos  
9 humanos que teriam que ser feitos, pois, como Prof. Daniel tinha falado, não estavam preparados  
10 para aquilo de maneira alguma. Disse que não estava nem falando em espectro autista, o que,  
11 para ele, era uma coisa absurdamente difícil, sobre a qual tinha pouquíssima instrução. Estava  
12 falando de acesso físico. Na Unicamp, não havia calçada nem para quem era considerado não-  
13 deficiente, embora fosse a melhor universidade da América Latina. Relatou que tinha trabalhado,  
14 por muitos anos, na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, e que, uma vez, um  
15 cadeirante tinha chegado lá e só tinha escada. Além disso, quando tinham feito o elevador, disse  
16 que ele saía do primeiro andar, e não do térreo. A própria Engenharia Agrícola também ficava no  
17 alto do morro. Portanto, disse que faltava planejamento, e que, uma vez que abrissem a  
18 universidade para aquelas pessoas, iriam receber muitos processos, o que achava que era o  
19 menor dos problemas. Ficariam taxados como uma universidade que não respeitava as pessoas  
20 com deficiência. Aquilo o preocupava muito. A conselheira **Profa. Márcia Azevedo de Abreu**  
21 **(IEL)** disse que havia todas aquelas questões da acessibilidade física, mas que o aluno também  
22 tinha o direito de ter um material específico. Caso contrário, colocariam a cota para o aluno entrar,  
23 e, depois, fingiriam que todos eram iguais. Assim, uma pessoa com deficiência visual, por  
24 exemplo, teria que estudar pelo livro físico. Então, havia a questão das edificações, do  
25 treinamento dos docentes e da preparação de material. Era provável, como tinha sido comentado,  
26 que o Ministério Público questionasse. Além disso, também havia a possibilidade de que  
27 reforçassem o estigma das pessoas PCD, pois eles teriam que abandonar o curso ou não  
28 conseguiriam passar. Aquilo não ajudaria nem um pouco na inclusão social daquelas pessoas,  
29 tampouco na autoestima delas. A **Sra. Adriane Soares Pelissoni (DEAPE)** disse que tinha  
30 faltado falar que a Unicamp tinha uma rede de assistência muito premiada externamente. Dentro  
31 da Biblioteca Central, por exemplo, tinham o laboratório de acessibilidade, que tornava os  
32 materiais didáticos acessíveis. Reforçou que os professores precisavam passar os materiais com  
33 antecedência, para que pudessem repassá-los para o Laboratório de Acessibilidade (LABACES),  
34 que fazia a audiodescrição, o braille etc. Informou que eles providenciavam aquele trabalho desde

1 que o material estivesse disponível, mas que, mesmo que não estivesse, havia uma lei que dizia  
2 que a editora tinha que respaldar, caso fosse solicitado. No entanto, reforçou que precisavam ser  
3 livros e artigos. Não podia ser, por exemplo, uma apostila do professor que não estivesse na  
4 universidade, mas, se o professor passasse a apostila com antecedência, o LABACE faria o  
5 trabalho. Percebiam que o estudante com deficiência visual tinha que ir ao LABACES para  
6 solicitar, ou falar com o professor para enviar o material. Portanto, estavam dizendo, para a  
7 instituição, que aquilo precisava ser permanente, pois era direito da pessoa. Estava falando dos  
8 materiais didáticos, mas também tinham o Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação  
9 (CEPRE), da Faculdade de Ciências Médicas, que era um Centro de Reabilitação com mais de  
10 cinquenta anos, com pedagogas especializadas em deficiência visual e auditiva. Exemplificou que  
11 a comunidade surda precisava de poucas adaptações de conteúdo, mas que precisavam de uma  
12 assistência, por exemplo, de uma intérprete de libras. Antes, o aluno surdo que precisava de um  
13 intérprete de libras tinha que falar com o professor, ou, então, com o coordenador de pós-  
14 graduação. Afirmou que aquele era o tipo de coisa que não podiam mais fazer, porque aqueles  
15 alunos já estavam ali. Não estavam falando de ter um número maior de cotas, pois já tinham  
16 deficientes na Unicamp, e não podiam deixar que eles solicitassem internamente o que era de seu  
17 direito. Disse que o atendimento educacional especializado deveria ser articulado com aquela  
18 rede que já existia dentro da Unicamp e com o município, pois muitas coisas já existiam no  
19 município. Exemplificou que o transporte adaptado “Pai” era direito do cidadão de Campinas, e  
20 que a prefeitura tinha que solicitar, quando necessário. Teriam que trabalhar naquela articulação.  
21 Em termos pedagógicos, não havia só a questão do material, mas da atitude docente. Disse que,  
22 quando havia um desenho de aprendizagem que privilegiava a todos, todos ganhavam. Neste  
23 sentido, ter aqueles estudantes na universidade traria novas formas de ensinar e de aprender.  
24 Aquilo era a atitude. A conselheira **Profa. Márcia Azevedo de Abreu (IEL)** disse que, na Central  
25 de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (TILS), tinham duas ou três intérpretes,  
26 e que no Centro de Braille também tinham, provavelmente, três. Disse que tinha trabalhado nos  
27 dois lugares, e que tinham feito um livro, pela Editora da Unicamp, que se chamava “O Espelho”,  
28 adaptado para pessoas com deficiência e para surdos. No entanto, eram muito poucos. Informou  
29 que, atualmente, tinham 77, e que achava que já não devia estar dando certo. Quando tivessem  
30 700, certamente não daria. Por isso, precisavam de muito recurso. Retomou a fala do Prof.  
31 Enelton e disse que precisavam fazer adaptações nos prédios e que, para tanto, precisavam de  
32 mais equipe, pois, apesar de eles existirem e de serem bons, eram insuficientes. A **Sra. Adriane**  
33 **Soares Pelissoni (DEAPE)** disse que concordava com a questão dos intérpretes de libras, mas  
34 que tinham que pensar em estratégias institucionais, a fim de que escalassem aquilo com a maior

1 eficiência econômica e mantivessem a qualidade. Era aquele tipo de discussão que precisava ser  
2 pautada. A **Sra. Presidente** disse que estava ocorrendo ou já tinha ocorrido a contratação de  
3 mais dois intérpretes de libras, o que ajudava, mas não resolvia tudo. Não tinha como fazer tudo  
4 muito rápido, mas era um caminho. O conselheiro **Prof. Marko Synesio Alves Monteiro (IG)**  
5 elogiou a iniciativa de finalmente institucionalizar a questão. Relatou sua experiência na  
6 graduação. Disse que tinha recebido um e-mail de uma aluna com autismo, e que, só de receber,  
7 tinha ficado atento à comunicação com ela, aos PADs e PEDs e às adaptações necessárias.  
8 Aquilo fazia toda a diferença para virem mais alunos. Achava que precisavam institucionalizar,  
9 como estava sendo feito, para terem aquele protocolo e para poderem cobrar as coisas. Também  
10 era importante que a orientação fosse o mais detalhada possível, o que era individual. As  
11 situações eram muito específicas, e, muitas vezes, não tinham a quem recorrer, a não ser que o  
12 próprio aluno viesse procurar, embora alguns não viessem procurar para não serem  
13 estigmatizados. Por isso, aquela iniciativa era muito importante. A conselheira **Profa. Nashieli**  
14 **Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que tinha relação com sua pergunta inicial, que era sobre  
15 acessibilidade para fazer matrícula no sistema. Disse que, fazendo parte de uma coordenação  
16 geral, conhecia o funcionamento da universidade de maneira mais ampla. Por isso, achava que a  
17 questão da comunicação, na Unicamp, precisava ser revista, visto que nem sabia da existência de  
18 muitos dos serviços que a Sra. Adriane Soares Pelissoni (DEAPE) tinha mencionado. No IFCH,  
19 estavam fazendo uma reforma de acessibilidade, pois, no prédio da pós-graduação, por exemplo,  
20 não tinha sala térrea para dar aula nem banheiro. No entanto, achava que já existia uma estrutura  
21 na Unicamp, embora muitas pessoas não soubessem como acessá-la. Exemplificou que a aluna  
22 da Demografia que tinha esclerose múltipla tinha precisado de uma pessoa para empurrar a  
23 cadeira. Por isso, tinham feito a solicitação de um cartão do bandeirão para aquela pessoa, pois  
24 ela não tinha. Relatou que, embora parecesse uma coisa simples, tinha demorado um mês para  
25 obterem resposta. Fez um apelo para que fosse feito um protocolo muito mais claro daqueles  
26 serviços que já existiam, pois a comunicação não chegava. Achava que o diagnóstico feito pelo  
27 GT das ações afirmativas tinha sido muito importante, e que poderia ser interessante tê-lo mais  
28 amplo, a fim de que pudessem mapear quais tipos de pessoas com deficiência tinham na  
29 universidade e que tipos de ações a Unicamp precisava fazer. Exemplificou que duas meninas, na  
30 graduação, tinham pedido para fazer a prova fora da sala, porque tinham dificuldade com barulho  
31 e precisavam de fones de ouvido. Disse que tinha tomado conhecimento naquele momento, mas  
32 que não tinha recebido nenhuma comunicação institucional. Reforçou que eram questões  
33 concatenadas, e que havia uma série de ações em cadeia e de estrutura que precisavam ser  
34 informadas. A **Sra. Presidente** comentou que, na conversa com a Profa. Mariana, dias atrás,



1 tinham se preocupado com aquela questão e aberto um canal de comunicação. Informou que a  
2 página da PRPG faria a comunicação de muitos daqueles trabalhos e protocolos, pois, de fato, a  
3 pós-graduação sempre tinha ficado um pouco mais isolada, e aquelas eram questões  
4 fundamentais. No caso daquele levantamento, a DEAPE sabia quais eram os registrados, ou seja,  
5 os que se declaravam. No entanto, disse que queriam fazer um levantamento mais amplo,  
6 diretamente nos cursos, para saberem o que existia lá e que não estava declarado, por inúmeros  
7 motivos. Nesse sentido, queriam saber quais eram as eventuais necessidades e demandas da  
8 população da Unicamp. Disse que, talvez, as seleções dos cursos também deveriam ser  
9 monitoradas, a fim de que tivessem uma ideia da demanda e do quanto a inclusão PCD estava  
10 dando certo. Achava que podiam seguir no caminho da informação, que também era importante. A  
11 conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** complementou que o caso daquela  
12 aluna do IFCH lhe parecia muito complicado. Relatou que a aluna tinha uma bolsa Capes, que  
13 tinha sido suspensa. Disse que o pessoal da Demografia tinha feito um plano de adaptação da  
14 tese para um artigo, mas que a Capes não tinha uma extensão do prazo da tese naquele tipo de  
15 caso. Por isso, achava que a PRPG da Unicamp tinha uma atuação fundamental na negociação  
16 com a Capes. A **Sra. Presidente** concordou, mas disse que precisavam ser informados. Relatou  
17 que nunca tinham tido aquela demanda, que achava que, certamente, era uma pressão. A **Sra.**  
18 **Adriane Soares Pelissoni (DEAPE) (DEAPE)** disse que a graduação tinha feito um GT sobre as  
19 cotas PCDs para os colégios técnicos e para a própria graduação. Disse que tinha participado do  
20 GT e que aquele relatório ainda não tinha ido para o CONSU, mas que estava em vias. O relatório  
21 já tinha todo um diagnóstico da cidade de Campinas e do Estado de São Paulo, e, por isso,  
22 esperava que passasse no CONSU, para que todos pudessem ter acesso ao documento. Na pós-  
23 graduação, percebiam que ficava muito pulverizado em cada unidade e em cada programa. No  
24 entanto, também precisavam entender os tipos de deficiências que chegavam na pós-graduação e  
25 quantas pessoas com deficiência graduadas existiam no estado de São Paulo e no país, para que  
26 as agências de fomento também pudessem ter bolsas específicas. Aquela era uma demanda que  
27 recebiam a todo momento. Achava que eram ações que poderiam ser coordenadas e  
28 concatenadas, pois, todas as vezes que a Unicamp fazia uma ação, percebiam que aquilo ecoava  
29 em diferentes lugares, fosse no próprio contexto da universidade ou no entorno. Por isso, a  
30 questão das agências de fomento era muito importante. Disse que estavam, naquele momento,  
31 com o super edital da Fapesp para as questões da deficiência, e que a questão do atendimento  
32 educacional especializado tinha uma pauta sobre o autismo no ensino superior. Então, tinha uma  
33 linha em que a Unicamp possivelmente entraria, para o desenvolvimento de ações para a própria  
34 comunidade. Disse que aquele panorama era muito importante, e que enviaria a questão da

1 permanência na pós-graduação. A **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (FEEC)** disse que,  
2 aproveitando que a Sra. Adriane Soares Pelissoni (DEAPE) estava ali, queria falar sobre  
3 permanência, tanto na questão da acessibilidade quanto para a pós-graduação de um modo geral.  
4 Em relação à mudança do SAE, solicitou que a Profa. Mariana explicasse o que aquilo mudaria,  
5 na prática, para a pós-graduação. A partir daquilo, gostaria que ela falasse um pouco sobre  
6 permanência, pois os discentes estavam redigindo um documento junto da PRPG e do SAE para  
7 pensar nas questões de permanência. Relatou que, no edital de bolsa permanência e de apoio  
8 institucional estudantil de 2023, que era tanto para a graduação quanto para a pós-graduação,  
9 existia um cálculo de prioridade para a distribuição das bolsas. Disse que, da forma como estava  
10 sendo organizado, aquele cálculo deixava a pós-graduação em desvantagem em relação à  
11 graduação, pois a bolsa de pós-graduação, tanto no mestrado quanto no doutorado, era maior do  
12 que a bolsa de graduação. Então, existia uma vulnerabilidade socioeconômica na pós-graduação,  
13 ainda que houvesse o recebimento de bolsa da agência de fomento. Ao procurar o atendimento  
14 do SAE, disse que estar recebendo a bolsa de fomento era uma desvantagem, em relação à  
15 prioridade no alocamento daquelas bolsas. Talvez fosse o caso de existir um edital específico da  
16 pós-graduação, que levasse em consideração as especificidades e o perfil, apesar de saber que  
17 ainda não existia um perfil da pós-graduação. No entanto, poderiam começar a pensar em um  
18 edital específico e fazer um mapeamento dos tipos de alunos da pós-graduação que estavam  
19 buscando o apoio do SAE. A **Sra. Presidente** disse que aquilo tinha relação com o teto do valor  
20 das bolsas da Unicamp com relação às eventuais bolsas que os alunos de pós-graduação  
21 estivessem recebendo. A **Profa. Mariana Freitas Nery (DEAPE)** disse que, na prática, mudava  
22 somente a comunicação, pois o SAE já atendia a pós-graduação. Disse que aproximadamente  
23 30% dos alunos atendidos pelo SAE eram da pós-graduação. Agora, passaria a ser convidada  
24 para a CCPG e a ter uma comunicação maior com a Profa. Rachel, por exemplo, pois, antes,  
25 estava muito mais em contato com o Prof. Ivan, da graduação. Quanto à permanência específica  
26 para a pós-graduação, disse que já estavam conversando sobre aquilo, e que, na realidade, não  
27 via uma possibilidade futura e breve de fazer um edital específico para a pós-graduação. Também  
28 não via como mudar a questão do índice de classificação, pois, em qualquer rendimento, ele era  
29 considerado. Exemplificou que, se um estudante de graduação conseguisse um estágio, ele  
30 também sairia da lista de prioridade, pois as bolsas eram finitas e precisavam priorizar aqueles  
31 alunos que não recebiam nenhuma bolsa de fomento ou de estágio. No entanto, estavam  
32 trabalhando na questão de Barão Geraldo e da pós-graduação, pois o custo para morar ali era  
33 alto. Estavam pensando em ampliar o teto de alguma forma, para bolsa transporte e bolsa  
34 moradia. Além disso, também queriam transformar a bolsa auxílio moradia em “auxílio moradia”

1 apenas, pois a palavra “bolsa” dificultava a questão do acúmulo. A bolsa transporte também  
2 passaria a ser um “auxílio transporte”. Disse que as mudanças não seriam rápidas, pois tudo na  
3 universidade tinha que passar por várias instâncias e era regido por muitas câmaras, conselhos e  
4 regimentos internos. No entanto, acreditava que a saída do SAE da PRG facilitaria aquele olhar  
5 mais especial para a pós-graduação, visto que a comunicação seria mais fluída. Agradeceu à Sra.  
6 Maiane e informou que estariam abertos para ouvir os discentes da pós-graduação e suas  
7 demandas. A **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (FEEC)** disse que era bolsista SAE e que  
8 fazia parte da Associação de Pós-Graduação da FEEC, e que recebia muitas demandas sobre  
9 como era difícil conseguir bolsa e ser atendido no SAE. Relatou que tinha recebido uma  
10 reclamação de um estudante de Manaus que, ao chegar em Campinas, tinha ido até o SAE e sido  
11 desencorajado a fazer o processo seletivo, pois não seria prioridade. Disse que também já tinha  
12 escutado aquele desencorajamento dentro do SAE. Relatou que, na pós-graduação, o perfil  
13 mudava, pois era bem comum pararem de receber apoio financeiro da família e passarem a ter  
14 que ajudá-la. Questionou se aquilo era levado em consideração no cálculo, e o que caracterizava  
15 a pós-graduação na Unicamp. Além disso, estava faltando a parte mais humana, ou seja, de saber  
16 o perfil daquelas pessoas. Exemplificou que já tinha utilizado a bolsa emergência ao chegar na  
17 Unicamp. No entanto, quando ainda era caloura e tinha tentado pedir a bolsa emergência, tinha  
18 sido negada por ser caloura. Então, só poderia pedir a bolsa emergência no segundo semestre. A  
19 **Profa. Mariana Freitas Nery (DEAPE)** perguntou se ela estava falando da graduação. A **Sra.**  
20 **Maiane Junqueira Teixeira Neto (FEEC)** disse que estava falando da pós-graduação. A **Sra.**  
21 **Adriane Soares Pelissoni (DEAPE) (DEAPE)** disse que era instalação ou situação de  
22 desemprego. A **Profa. Mariana Freitas Nery (DEAPE)** disse que, então, não era uma bolsa  
23 emergência, pois ela não existia na pós-graduação. Sobre aquelas especificidades de  
24 desencorajamento, não sabia nem o que dizer, pois, obviamente, a pessoa tinha que tentar a  
25 bolsa. Não entendia quem a tinha desencorajado. E, de qualquer forma, tudo era considerado na  
26 entrevista com a assistente social, como se a pessoa tinha filhos, se ajudava a família, se tinha  
27 alguma doença etc. Não se tratava apenas de um cálculo numérico de rendimento e de uma  
28 classificação. Disse que era um atendimento totalmente humano. A **Sra. Presidente** disse que  
29 tinham tido uma excelente conversa sobre como fariam a relação de comunicação entre a nova  
30 diretoria e a pró-reitoria de pós-graduação, pois eles faziam muitas coisas que a PRPG não ficava  
31 sabendo. Achava que tinham que atuar bastante nas redes sociais da pós-graduação.  
32 Exemplificou que o webinar “Termine sua Tese” tinha sido amplamente divulgado. Então,  
33 solicitou que a Profa. Mariana falasse um pouco sobre as iniciativas que a nova diretoria teria para  
34 a pós-graduação. Destacou que uma questão importante para os coordenadores era o Escritório

1 de Carreiras, pois achava que seria muito bem-vindo fazer algo naquela direção para os alunos de  
2 pós-graduação. A **Profa. Mariana Freitas Nery (DEAPE)** disse que, atualmente, os alunos da  
3 pós-graduação podiam acessar, na DEAPE, à moradia, ao atendimento psicológico e psiquiátrico  
4 no SAPPE e à orientação educacional, priorizando-se a coletiva, mas também individual, se fosse  
5 o caso. Disse que os alunos de pós-graduação também podiam receber algumas bolsas, como o  
6 auxílio transporte e auxílio moradia. Além disso, no ano seguinte, haveria um Núcleo  
7 Especializado para Atendimento a PCDs, onde achava que teria um público cativo da pós-  
8 graduação, principalmente por conta das cotas, e o Escritório de Carreiras. Sobre o Escritório de  
9 Carreiras, disse que passaria a fala para a Sra. Adriane Soares Pelissoni (DEAPE), pois ela seria  
10 responsável por aquela área. A **Sra. Adriane Soares Pelissoni (DEAPE)** disse que o Escritório  
11 de Carreiras ainda não existia, mas que queria contar para todos. Relatou que havia inúmeros  
12 casos de alunos que chegavam na DEAPE dizendo que não conseguiam terminar o trabalho de  
13 mestrado ou de doutorado. Disse que era uma orientadora educacional que estava atualmente em  
14 um cargo de gestão, e que só atendia pós-graduação. Relatou que todos os casos de  
15 atendimento individual que chegavam eram de doutorado, pois sabiam que o doutorado era um  
16 caso mais complexo devido ao tempo, à estrutura do trabalho e à saliência de papéis. Quem  
17 estava no doutorado eram adultos com responsabilidades financeiras, que, por estarem formando  
18 sua família normalmente e se distanciando de seu núcleo familiar, precisavam, ao mesmo tempo,  
19 ter um emprego, pagar contas, fazer inovação e terminar a tese. Por conta daquela complexidade,  
20 informou que o papel dos orientadores, no assessoramento pedagógico, era de orientar sobre  
21 como o aluno deveria se organizar, pois o orientador era uma pessoa que tinha um vínculo afetivo  
22 e uma questão de poder, e que questões de saúde mental poderiam decorrer. Ficava muito feliz  
23 quando recebia agradecimentos dos alunos da pós-graduação. Informou que ainda não  
24 divulgavam aquele trabalho, e que os alunos iam, geralmente, por recomendações. Disse que,  
25 atualmente, fazia aquilo como parte de suas horas de trabalho, mas que, a partir do momento em  
26 que divulgassem a orientação para todo o contingente de alunos de doutorado, não sabia se teria  
27 disponibilidade para atender a todos. Então, o assessoramento pedagógico era aquilo. Sobre o  
28 Escritório de Carreiras, disse que a DEAPE tinha, atualmente, uma área de estágios e empregos,  
29 e que tinham, por exemplo, a bolsa pesquisa empresa. Disse que, na bolsa pesquisa empresa,  
30 uma empresa da iniciativa privada financiava um aluno, e que a DEAPE transformava aquilo em  
31 bolsa. Disse que não procuravam as empresas para oferecer aquilo, mas que elas iam até eles. O  
32 Escritório de Carreiras, atualmente, estava sendo pensado para que tivesse um local para atender  
33 os alunos, mas que também possibilitasse, para quem quisesse, o acesso a diferentes formas de  
34 carreira. Então, qualquer tipo de iniciativa poderia buscar os alunos que cadastrassem os seus

1 currículos na plataforma da DEAPE e fazer o processo seletivo. Disse que, quando falavam de  
2 assessoramento para decisões de carreira, percebia que, para o doutorado, não terminar a tese  
3 era uma decisão de carreira. Por isso, precisavam ter aquele assessoramento específico para a  
4 pós-graduação formalmente na universidade. Disse que já tinha feito vários treinamentos e visitas  
5 em universidades, e que as americanas e europeias tinham uma perspectiva direta. No entanto,  
6 sempre existia um escritório de carreiras para a pós-graduação. Disse que o seu desejo era que  
7 pudessem mudar a realidade brasileira, porque, apesar de terem pessoas ótimas e inovadoras,  
8 muitas vezes elas não conseguiam acessar novas formas sozinhas. Desejavam fazer aquilo na  
9 DEAPE ao longo do tempo. A **Profa. Mariana Freitas Nery (DEAPE)** disse que quem usava a  
10 bolsa pesquisa empresa gostava muito, pois cobravam taxas irrisórias. A **Sra. Adriane Soares**  
11 **Pelissoni (DEAPE)** disse que a taxa era de 1% para 30 dias. Caso fosse inovação, a empresa  
12 conectava, com a Inova, os termos de propriedade intelectual. Tinham que ser ágeis porque a  
13 iniciativa privada exigia aquela agilidade. Esclareceu que o único tipo de recurso que faziam era a  
14 bolsa para alunos, pois a DEAPE era para os alunos. Então, não era convênio. Caso fosse  
15 convênio com a empresa, o processo era com a FUNCAMP. Relatou que, às vezes, as empresas  
16 alegavam que queriam fazer uma inovação, e que perguntavam qual professor poderiam  
17 encontrar na Unicamp. Disse que tinha que sair procurando, falar com o diretor das unidades e  
18 com a Inova. Por isso, precisavam melhorar aquele atendimento, a fim de dar mais celeridade. A  
19 **Profa. Mariana Freitas Nery (DEAPE)** disse que a questão da comunicação era muito  
20 importante, pois, quando havia mudança de coordenadores na CCG, os novos coordenadores  
21 chegavam e não tinham ideia do que o SAE fazia, apesar de estar a mais de quarenta anos  
22 dentro da PRG. Não era só a pós-graduação, pois os próprios coordenadores de graduação não  
23 sabiam os serviços que o SAE tinha. Disse que falavam dos serviços do SAE praticamente todos  
24 os meses na CCG, e quealaria na CCPG também, a fim de que informassem os coordenadores  
25 de programa. Exemplificou que, às vezes, ela falava dos serviços do SAE para a sua turma de  
26 pós-graduação no IB, pois eles mesmos não sabiam o que existia no SAE e que tinham direito a  
27 algumas bolsas e serviços. Por isso, precisariam melhorar a comunicação, que seria uma coisa a  
28 ser construída. A **Sra. Presidente** disse que aquela iniciativa era uma das principais para ajudar a  
29 pós-graduação, pois a Unicamp e o país estavam muito preocupados com os egressos. A **Sra.**  
30 **Maiane Junqueira Teixeira Neto (FEEC)** disse que já tinha utilizado a orientação educacional e  
31 todos os serviços que o SAE oferecia. Disse que vinha de uma questão de vulnerabilidade, e que  
32 representava outras pessoas que sabia que também estavam naquela situação. Esclareceu que  
33 sabia que existia, no SAE, uma preocupação e um trabalho com a questão humana. Mas,  
34 enquanto estudante de pós-graduação e pessoa que utilizava o SAE, podia dizer que os alunos

1 da pós-graduação não sentiam que o tratamento do SAE era tão humanizado quanto queria ser.  
2 Relatou que a própria assistente social desencorajava, e que só tinha conseguido a bolsa do SAE  
3 quando tinha machucado a perna ao cair de uma escada. Enquanto pós-graduação, precisavam  
4 ser ouvidos, para que o SAE soubesse das demandas e pudesse ter um tratamento humanizado,  
5 que os acolhesse. Voltando à questão do cálculo, disse que uma bolsa de mestrado de 2.100 e  
6 uma de doutorado de 3.100 deixavam os alunos em desvantagem em relação aos alunos de  
7 graduação. Disse que obviamente estaria melhor do que uma aluna de graduação, o que deveria  
8 ser levado em conta no cálculo. No entanto, tinha que ser feito um mapeamento de quem eram os  
9 alunos de pós-graduação. Disse que o documento que estavam redigindo viria para a CCPG, para  
10 formalizarem aquela demanda. Precisavam conversar e trazer o perfil da pós-graduação para  
11 conhecimento da PRPG e da Unicamp como um todo. Disse que não estava falando aquilo no  
12 intuito de melhorar apenas a sua própria situação, mas a situação de todos os outros que já  
13 estavam ali e que iriam chegar. Estava pensando na melhoria da Unicamp no sentido de  
14 permanência estudantil. O **Sr. Matheus Alves Albino (IFCH)** cumprimentou a todos e disse que o  
15 mérito da Instrução Normativa era mostrar quanto trabalho e responsabilidade estavam embutidos  
16 em tudo aquilo. Como estudante da Demografia, disse que vinha insistindo que o levantamento e  
17 o mapeamento das pessoas com deficiência na Unicamp, da demanda potencial do SAE para os  
18 serviços e das cotas étnico-raciais tinham que ser prioridade de gestão. Disse que o primeiro  
19 ponto da Instrução Normativa dizia que o estudante tinha que declarar, na inscrição, as suas  
20 condições e dificuldades. Achava que poderiam até melhorar aquilo, no sentido de que tinha que  
21 haver um acompanhamento, pois as deficiências também mudavam. Exemplificou que, como no  
22 caso da sua colega da Demografia, a situação no mestrado tinha evoluído completamente para o  
23 doutorado. Por isso, achava que aquele acompanhamento precisava ser feito, talvez, até no  
24 momento da matrícula, ou seja, pensar em como aquelas informações declaradas na inscrição  
25 poderiam ser atualizadas na matrícula. Em relação à questão estrutural, disse que os alunos de  
26 pós-graduação eram muito cobrados de estar no instituto e de usar os serviços de lá, mas que  
27 não encontravam condições. Exemplificou que não havia acessibilidade nas salas dos prédios da  
28 pós-graduação. Como eram cobrados de estar ali, precisavam ter condições de acessibilidade  
29 para aquilo. Gostaria de deixar aqueles dois pontos. A **Sra. Presidente** disse que, como as  
30 Profas. Mariana e Adriane tinham visto, a presença delas na CCPG seria sempre repleta de  
31 demandas e de dúvidas, mas que era um prazer que estivessem ali. Achava que a universidade  
32 estava dando um passo importante ao reorganizar o SAE e organizar aquela diretoria de  
33 acolhimento da pós-graduação. Disse que tinha muita coisa a ser feita. Achava que os  
34 representantes discentes tinham razão em fazer suas demandas, e que a questão estrutural era

1 fundamental. Tinham 60 anos de déficit naquilo. Relatou que uma de suas professoras no IFCH, a  
2 Gilda, era deficiente física por conta da paralisia infantil, e que tinha passado quarenta anos tendo  
3 que dar a volta no instituto inteiro, pois só havia um banheiro no térreo. Anos depois, saber que  
4 um elevador saía do primeiro andar era um absurdo e um equívoco completo da instituição. Por  
5 isso, disse que tinham muito o que fazer, e que aquela gestão estava muito atenta àquilo. As  
6 aprovações daquele dia, que eram a deliberação CEPE e a Instrução Normativa, eram aqueles  
7 aspectos. As cobranças do Ministério Público, de que tinha falado, eram um exemplo daquilo.  
8 Todos estavam muito antenados na questão da inclusão, e achava que estavam em um bom  
9 momento para fazer algumas medidas naquela direção. Agradeceu à presença da Sra. Adriane  
10 Soares Pelissoni (DEAPE). A **Sra. Adriane Soares Pelissoni (DEAPE)** disse que, para eles, era  
11 muito importante participar das reuniões, e que, muitas vezes, estar ali conversando já  
12 transformava. Disse que sempre podiam contar com ela em relação às questões acadêmicas, e  
13 que o seu ramal era o WhatsApp institucional. Disse que, quando os alunos ligassem, chamariam  
14 a colega do SAPPE, pois estavam ali para apoiar a permanência. Disse que os alunos podiam  
15 acessar a DEAPE quando precisassem, pois, no mínimo, iriam ouvi-los e dizer quem da equipe  
16 poderia ajudá-los. Agradeceu o espaço da CCPG e se colocou à disposição para eventuais  
17 demandas. A **Sra. Presidente** agradeceu novamente e passou a palavra para o Prof. Enelton. O  
18 conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)** desejou boa sorte para elas. Disse que uma das  
19 estratégias poderia ser investir pesadamente em treinamento de docentes e de funcionários, a fim  
20 de tentar suprir a falta de funcionários específicos que a DEAPE não tinha. Disse que,  
21 obviamente, não eram especializados nem assistentes sociais, mas que sabiam que muitas das  
22 demandas teriam que ser resolvidas localmente. Achava que surpreenderia a quantidade de  
23 pessoas que, voluntariamente, estariam interessadas em fazer aquilo. Relatou que conversava  
24 com vários colegas, e que eles queriam muito aprender. No entanto, aquilo tinha que ser uma  
25 prioridade e vir de cima para baixo, pois o tempo era muito escasso. Por isso, tinham que encaixar  
26 mais aquela demanda. A **Sra. Presidente** disse que, na verdade, eram habilidades e  
27 competências com as quais, de fato, tinham que ser muito profissionais. Porém, achava que iriam  
28 conseguir, e que certamente iriam melhorar. Informou que a Profa. Mariana continuaria na  
29 reunião, e se despediu da Sra. Adriane Soares Pelissoni (DEAPE). Dando sequência ao  
30 Expediente, disse que um dos informes era o lançamento do edital do Prêmio Tese Destaque da  
31 Unicamp daquele ano. Solicitou à Sra. Silvana que relembresse a todos da data das inscrições. A  
32 **Sra. Silvana Milanin Mendes (PRPG)** disse que divulgariam o edital a partir do dia seguinte. A  
33 primeira etapa seria das inscrições, que seriam abertas diretamente no Sistema Solicita, pelo  
34 período de 02 de janeiro de 2024 a 02 de abril de 2024. A **Sra. Presidente** lembrou que o edital

1 fazia a adequação do período das defesas. Informou que poderiam concorrer as teses defendidas  
2 até o final de 2023, com homologação até em 2024. Perguntou à Sra. Silvana qual era o prazo. A  
3 **Sra. Silvana Milanin Mendes (PRPG)** disse que eram elegíveis as teses de doutorado  
4 defendidas em 2022, desde que homologadas em 2023. A **Sra. Presidente** disse que havia  
5 muitas teses que tinham sido defendidas em 2022, mas que não tinham tido tempo de serem  
6 homologadas em 2022. Aquelas teses, eventualmente, não tinham podido concorrer naquele  
7 edital. Portanto, no edital que estavam abrindo naquele momento, poderiam concorrer as teses  
8 defendidas em 2022, mas com homologação em 2023. A **Sra. Silvana Milanin Mendes (PRPG)**  
9 complementou que também poderiam concorrer as teses defendidas em 2023 e homologadas até  
10 31 de março de 2024. A **Sra. Presidente** disse que, às vezes, a pessoa defendia no dia 23 de  
11 dezembro, mas que a homologação só aconteceria no ano seguinte. Por isso, aquele era o prazo  
12 estendido que estavam colocando. Passou a palavra para o Prof. Elias. O **Prof. Elias Basile**  
13 **Tambourgi (PRPG)** disse que tinha novidades sobre o PED, e, primeiramente, agradeceu ao Sr.  
14 Fernandy e à Sra. Lilian, da DAC. Disse que, uma vez terminada a inscrição, os alunos que não  
15 tinham se inscrito no período poderiam se inscrever, e que iriam direto para a lista de espera.  
16 Aquela lista de espera ficaria aberta até o fim do ano. Por isso, aquele aluno que tinha perdido a  
17 inscrição por um motivo qualquer ou entrado como retardatário na matrícula poderia se inscrever,  
18 mesmo fechado o período de inscrição. A única exceção seria para aquele aluno que já tinha se  
19 inscrito e que, por algum motivo, havia sido reprovado na unidade. Informou que ele não poderia  
20 mudar de unidade porque já estava no sistema. A segunda novidade era o auxílio deslocamento.  
21 Disse que tinham tido problemas naquele ano com auxílio deslocamento, porque tinham algumas  
22 disciplinas das unidades do campus de Barão Geraldo que estavam sendo oferecidas em Limeira,  
23 na FCA. Por isso, o aluno PED do campus de Barão não podia receber auxílio deslocamento.  
24 Disse que já tinham acertado aquilo. Naquele ano, disse que a Sra. Lilian tinha tido que fazer a  
25 inscrição manual dos alunos, mas que seria um sistema automático, em que a Sra. Marcela  
26 colocaria as instruções de como o aluno poderia acessar aquilo na página. Além disso, informou  
27 que já estava valendo a Instrução nova do PED, onde o aluno do mestrado ou doutorado poderia  
28 fazer quantas vezes quisesse, menos no semestre da integralização. A **Sra. Presidente** informou  
29 que tinham homologado e encaminhado para a Capes, na segunda-feira, as duas propostas de  
30 cursos novos. Um deles era o de doutorado em Divulgação Científica, entre o IEL e o Labjor. O  
31 mestrado já existia desde 2006 ou 2007, mas, agora, havia um pedido para o doutorado. Informou  
32 que também tinham homologado o pedido de novo curso de mestrado profissional em Educação  
33 Digital, que era aquela iniciativa entre a Unicamp, Unesp e Univesp, a qual já tinha sido  
34 comentada em outra reunião. Além disso, disse que encaminhariam, até a quinta-feira seguinte, o



1 edital Capes Extensão. Disse que 14 programas tinham se apresentado para o financiamento na  
2 área de extensão na pós-graduação. Até o dia 15/12, iriam encaminhar o edital complementar de  
3 bolsas do CNPq. Informou que 37 programas tinham se apresentado para aquele edital, e que já  
4 sabiam qual era o volume total de bolsas da qual a Unicamp fazia jus. Tinham encaminhado o  
5 projeto para saber quantas receberiam. Passou a palavra para o Prof. Elias. O **Sr. Elias Basile**  
6 **Tambourgi (PRPG)** disse que, na reunião anterior, não tinha podido estar presente, pois estava  
7 na reunião do Grupo Montevideú, em Montevideú, e que tinha novidades interessantes. Naquela  
8 reunião, tinham estado presentes a Capes e o CNPq. Disse que a Capes lançaria um edital em  
9 março no valor total de 20 milhões de reais, a fim de promover a ciência, o desenvolvimento  
10 científico e a formação de recursos humanos no chamado Cone Sul. Informou que havia 43  
11 universidades participantes do Grupo Montevideú, que eram da Argentina, Uruguai, Chile,  
12 Paraguai, Bolívia e Brasil. Por isso, poderiam encaminhar projetos com recursos para 5 bolsas de  
13 doutorado sanduíche. Não necessariamente seriam 5 bolsas, pois teriam liberdade para atuar  
14 dentro da verba, conforme aquilo que quisessem. Alguns cursos da Argentina, por exemplo, só  
15 tinham mestrado. No entanto, disse que a prioridade eram cinco bolsas de doutorado sanduíche.  
16 Havia as universidades que eram pertencentes, que eram da AUGM – Associação das  
17 Universidades do Grupo de Montevideú. Informou que, lá, tinham as referências. Cada projeto  
18 aprovado receberia um valor de 20 milhões. Informou que o CNPq também iria abrir o edital nos  
19 mesmos moldes da Capes, mas que a tramitação estava um pouco atrasada. Devia ser até o  
20 primeiro semestre também, um edital de 20 milhões de reais para aquele programa. O conselheiro  
21 **Prof. Daniel Albieiro (FEAGRI)** perguntou, sobre a bolsa sanduíche, se quem tinha Print podia  
22 mandar. O **Sr. Elias Basile Tambourgi (PRPG)** disse que, à princípio, não, pois eram duas  
23 coisas diferentes. O conselheiro **Prof. Daniel Albieiro (FEAGRI)** disse que o Print seria um  
24 problema para ele, e que achava que iria cancelar. A **Sra. Presidente** disse que eram duas coisas  
25 diferentes. O financiamento da Associação das Universidades do Grupo de Montevideú, que  
26 pegava o Cone Sul, principalmente, era um grande convênio que as universidades brasileiras  
27 tinham. O Print era Capes. Por isso, disse que eram recursos que viriam da Capes, mas que não  
28 passavam pelo Print. Na verdade, tinham uma grande incerteza sobre qual seria a política de  
29 internacionalização da Capes no futuro, porque o Print não teria continuidade. Informou que ele  
30 iria até o final de 2024, e que a Diretoria de Relações Internacionais tinha mencionado que tinha  
31 planos, embora não soubessem quais. No entanto, já sabiam que haveria um edital, por exemplo,  
32 com 20 milhões, associado àquele grupo de universidades. Não sabia qual era a relação que  
33 aquilo teria, e se seriam duas coisas substitutivas. O fato era que aquele era um grupo distinto do  
34 que o Print constituía, embora muitas daquelas universidades da associação estivessem dentro do

1 Print. O conselheiro **Prof. Daniel Albieiro (FEAGRI)** disse que não podia ter bolsa sanduíche  
2 para professores que não estivessem no Print. Disse que tinha três professores com Print, e que  
3 estava com trinta que tinham interesse. O **Sr. Elias Basile Tambourgi (PRPG)** informou que a  
4 PRG, junto com a DERI, o IEL, o CEL e a Reitoria, deveriam lançar, no ano seguinte, uma  
5 habilitação em língua inglesa. Disse que ela teria uma parte da graduação, a qual não interessava  
6 muito para a PRPG. Na pós-graduação, estava prevista a contratação de alunos bolsistas que  
7 pudessem atuar em disciplinas de língua inglesa, nos programas que porventura quisessem  
8 oferecer, e nas disciplinas escritas em inglês. Relembrou a todos de que, na primeira regência da  
9 Profa. Rachel, um grupo tinha ido à Bath, na Inglaterra, para fazer uma capacitação em língua  
10 inglesa. Então, aquelas disciplinas poderiam ter alunos de pós-graduação fluentes em inglês para  
11 auxiliar os outros alunos em atividades de tradução e escrita de artigos. Informou que aquele  
12 edital sairia a partir de março ou abril do ano seguinte. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia**  
13 **Rangel Loera (IFCH)** perguntou o nome daquele programa. O **Sr. Elias Basile Tambourgi**  
14 **(PRPG)** disse que não tinha o nome, pois ainda estava em negociação entre a DERI, PRG, IEL,  
15 CEL, e a Reitoria. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** perguntou se já  
16 sabiam o número específico de bolsas. O **Sr. Elias Basile Tambourgi (PRPG)** respondeu  
17 negativamente, pois ainda não tinha saído o edital. Disse que ainda nem sabia o valor da bolsa,  
18 pois estava em negociação. Informou que, em breve, sairia um edital só da graduação. Na  
19 graduação, seriam tutores que iriam auxiliar nas disciplinas de graduação, e, na pós-graduação,  
20 seriam bolsistas que iriam auxiliar docentes em disciplinas de língua inglesa. A **Sra. Presidente**  
21 disse que iria reforçar os informes que a Diretoria Financeira sempre enviava para os  
22 coordenadores e para as secretarias, pois tinha relação com a diligência. Informou que tinham  
23 finalizado o encaminhamento de uma diligência de 2014. Disse que a Capes demorava aquele  
24 tempo todo, fazia a diligência e que a busca por documentos com quase dez anos de atraso não  
25 era uma coisa fácil. Então, o reforço era para que as prestações de contas e o uso dos recursos  
26 fossem realmente bem cuidados, porque não era fácil responder a tudo aquilo rapidamente.  
27 Relatou que os funcionários precisavam vir até de final de semana para dar conta do prazo que a  
28 Capes dava, embora sempre negociassem a extensão. O último informe era sobre o material que  
29 estavam disponibilizando na página da PRPG, onde tinham criado uma aba específica para as  
30 ações afirmativas. Na aba, tinham colocado o Regimento Interno do Núcleo da PRPG, do qual  
31 faziam parte o Prof. Marko (IG), Profa. Heloísa (antiga coordenadora da FE), a Profa. Bárbara  
32 Castro (antiga coordenadora do IFCH), ela, a Sra. Juliana e a Profa. Cláudia. Era um núcleo de  
33 apoio à implementação, para fazerem a avaliação da política de cotas raciais na Unicamp.  
34 Informou que, naquela aba, também tinham colocado as orientações para a implementação de

1 cotas. Disse que alguns programas tinham procurado a PRPG, como o IMECC, para saber as  
2 orientações de como implantar as cotas. Por isso, o documento dava indicações das modalidades  
3 que os programas da Unicamp utilizavam e do endereço do Observatório de Ações Afirmativas,  
4 que tinha sido uma iniciativa do Cebrap, alguns anos atrás. Disse que quem coordenava o  
5 Observatório era a Profa. Ana Venturini, que, atualmente, era diretora da Diretoria de Política de  
6 Ações Afirmativas do Ministério de Igualdade Racial. Naquele site, existia todo um esforço para  
7 coletar editais que as universidades do país aplicavam, para contar um pouco sobre como o  
8 levantamento tinha sido feito, sobre quem era as universidades e como elas tinham procedido etc.  
9 Achava que valia a pena visitar o site do Observatório, pois, ali, tinham modelos de editais,  
10 inclusive os da Unicamp. Reforçou que, no documento chamado “Orientações para a  
11 Implementação de Cotas”, estavam os modelos de cotas que tinham aplicado, o endereço para a  
12 busca de eventuais modelos de editais e algumas sugestões. Uma das dúvidas, no caso das  
13 cotas, era como fariam se nem todos tinham bolsa. Disse que os programas teriam que fazer  
14 algumas priorizações para os alunos cotistas, que estavam nas sugestões. Além disso, também  
15 sugeriam que os inscritos para bolsa PED, se fossem cotistas, também tivessem alguma política  
16 interna. Alguns programas já faziam aquilo, ou seja, a coordenação do programa definia prioridade  
17 para os alunos cotistas na atribuição de bolsas PED, desde que estivessem inscritos. Nem todos  
18 os institutos estavam acostumados com aquela política, ao passo que outros, como o IFCH,  
19 tinham cotas para a pós-graduação desde 2015. Por isso, tinham pedido para a Profa. Bárbara,  
20 ex-colega de coordenação, que fizesse aquele documento. Ele era simples, rápido e estava na  
21 página. Disse que tinha acabado os informes, e que abria a palavra. Passou a palavra para o Prof.  
22 Orlando. O conselheiro **Prof. Orlando Luís Goulart Peres (IFGW)** disse que tinha sido criado um  
23 grupo de trabalho na pós-graduação da Física sobre ações afirmativas. Disse que deveria ter feito  
24 aquilo antes, mas que tinha levado um tempo para conseguirem formar aquela Comissão. Outra  
25 coisa interessante sobre os estudantes de pós-graduação da Física era que tinham feito, pela  
26 primeira vez, um Dia da Consciência Negra. Tinha sido um evento muito interessante, durante o  
27 dia todo, em que 12 pessoas da Unicamp e de fora tinham se reunido para discutir aquela  
28 temática. Queriam fazer com que aquilo fosse uma data permanente no calendário. Disse que  
29 outra questão era sobre a mudança do emprego e da bolsa, e que os estagiários estavam com  
30 muita dúvida. Perguntou se, caso a pessoa já tivesse bolsa e encontrasse um emprego, aquilo se  
31 aplicaria a ela. A **Sra. Presidente** disse que várias unidades estavam tendo algumas dúvidas  
32 sobre a política de acúmulo, porque a Capes tinha aberto totalmente, e que tinham achado melhor  
33 fazer alguma regulação. Relatou que o Prof. Pedro, do Instituto de Artes, tinha pedido para a  
34 PRPG olhar a Instrução Normativa deles, pois havia muitas dúvidas sobre o trabalho do artista.

1 Disse que tinham tirado as dúvidas deles e que aquela regulação do acúmulo tinha dado certo no  
2 Instituto de Artes. Solicitou ao Prof. Orlando que mandasse para a PRPG, pois, talvez, algumas  
3 questões não tivessem ficado claras, e eram regulações importantes. No entanto, no caso que o  
4 Prof. Orlando tinha mencionado, o aluno já tinha a bolsa antes de conseguir o emprego, e, por  
5 isso, podia acumular. O conselheiro **Prof. Orlando Luís Goulart Peres (IFGW)** perguntou se  
6 aquela condição era para todo o tempo. A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente, mas disse  
7 que poderiam ter alunos que não quisessem ter bolsa. O conselheiro **Prof. Orlando Luís Goulart**  
8 **Peres (IFGW)** disse que, na Instrução da Capes, estava sendo dito que não podia se aplicar de  
9 forma retroativa. Perguntou se, caso a pessoa já tivesse a bolsa e depois conseguisse um  
10 emprego, era considerado como retroativo. A **Sra. Presidente** disse que não se lembrava daquele  
11 artigo na Instrução e na Portaria da Capes. Por isso, preferia não mencionar, pois poderia cometer  
12 erros. Solicitou que o Prof. Orlando enviasse o esboço da Instrução Normativa, para que  
13 sanassem as dúvidas. Passou a palavra para o Prof. Renato. O conselheiro **Prof. Renato**  
14 **Barroso da Silva (FEF)** cumprimentou a todos e disse que tinha uma dúvida sobre o edital de  
15 pesquisador pós-doutorado. Disse que tinham terminado a seleção na FEF e entrado em contato  
16 com o RH para saber como eles seriam contratados, mas que ainda não tinham obtido resposta.  
17 Então, tinham pedido para os candidatos não fazerem nada ainda, porque alguns estavam  
18 empregados e esperando o posicionamento da FEF para darem o aviso prévio nos empregos. A  
19 **Sra. Presidente** disse que já tinham falado com a DGRH, e que eles tinham dito que já iriam  
20 resolver. O fato era que eles ainda não tinham resolvido, embora tivessem os procedimentos.  
21 Disse que aquele grande programa de pós-doutorado que não tinha bolsas estava no DGRH  
22 desde sempre. A Resolução da Reitoria tinha inovado ao permitir que aquele grande programa  
23 antigo de pós-doutorado, que já estava deliberado há muito tempo e que sempre tinha tido  
24 trâmites no DGRH, pudesse ter alunos bolsistas pagos pela Unicamp. Informou que, naquele  
25 programa, era possível ter alunos bolsistas da CNPq e Fapesp, por exemplo, mas que, agora, eles  
26 poderiam ser pagos pela Unicamp. Aquele era o entrave que a DGRH estava verificando. Não  
27 sabia por que aquilo era um entrave, mas o DGRH já tinha o processo e a logística todas prontas.  
28 Informou que a PRPG e a PRP já tinham reclamado, e que eles estavam resolvendo. Então, pediu  
29 para que os candidatos que eventualmente tivessem vínculo empregatício esperassem aquilo se  
30 resolver. O conselheiro **Prof. Renato Barroso da Silva (FEF)** perguntou se tinha alguma  
31 previsão. Acreditava que não acontecesse naquele ano, mesmo porque não estavam  
32 preocupados. No entanto, alguns tinham que tomar providências, como alugar casa e pedir aviso  
33 prévio no emprego. A **Sra. Presidente** disse que, naquele dia, voltaria a falar com a DGRH para  
34 saber. Disse que eventualmente mandaria um informe para todos, mas pediu para que

1 aguardassem, se possível. Passou a palavra para o Prof. João. O **Prof. João Batista Fogagnolo**  
2 **(FEM)** cumprimentou a todos e disse que aproveitaria a oportunidade para tirar algumas dúvidas.  
3 Com relação às ações afirmativas, disse que tinha achado muito interessante que tinha passado a  
4 constar no site da PRPG, pois tinha a intenção de fazer aquilo no programa, embora não  
5 soubesse como. Gostaria que alguém o orientasse para aquilo. A **Sra. Presidente** sugeriu que o  
6 Prof. João lesse os documentos, e que, caso as dúvidas permanecessem, o pessoal do Núcleo se  
7 colocava à disposição. Disse que a Profa. Bárbara, do IFCH, e a Profa. Heloísa, da FE, tinham se  
8 prontificado a conversar com os coordenadores para ajudar, pois seus institutos tinham cotas há  
9 muito tempo. O **Prof. João Batista Fogagnolo (FEM)** disse que tinha achado excelente, e que  
10 aquele era um caminho para seguir. A segunda questão era com relação à flexibilização das  
11 bolsas, que podiam acumular com emprego e com outras fontes de renda. Disse que, se tinha  
12 entendido bem, a mudança só tinha acontecido para os programas de demanda social, pois os  
13 programas do PROEX já podiam fazer aquilo. A **Sra. Presidente** disse que não tinha aquela  
14 notícia, mas achava que não. Disse que bolsa Capes sempre tinha sido bolsa Capes, e que a  
15 Portaria não fazia aquela diferenciação. O **Prof. João Batista Fogagnolo (FEM)** disse que, antes  
16 da Portaria, tinha tido uma questão com um professor do programa que tinha um projeto de  
17 empresa, pois ele queria pagar uma complementação de bolsa no valor da própria bolsa para dois  
18 alunos bolsistas. Aquilo tinha sido antes de tudo. A **Sra. Presidente** disse que, se o trabalho fosse  
19 associado ao projeto do aluno, a Capes já permitia há muitos anos. Caso os alunos de mestrado e  
20 de doutorado da Educação, por exemplo, fossem professores, a Portaria permitia. Achava que ela  
21 era de 2010. Informou que tinham que encaminhar para a Capes, para que pudessem aprovar,  
22 mas que aquilo era tanto demanda social como no PROEX. O **Prof. João Batista Fogagnolo**  
23 **(FEM)** disse que aquele professor tinha insistido, e que, por isso, ele tinha feito a consulta na  
24 PRPG e na Capes. Relatou que realmente tinha sido possível e que o professor tinha implantado  
25 a bolsa. Depois de toda aquela mudança, a PRPG tinha feito uma Instrução Normativa que dizia  
26 que o aluno podia acumular, desde que não houvesse alunos precisando de bolsa. A **Sra.**  
27 **Presidente** disse que aquela Portaria nova não invalidava a Portaria de 2010, pois eram coisas  
28 distintas. A Capes dizia aquilo na última frase da Portaria 133, que tinha saído naquele ano, pois  
29 estava gerando uma confusão. Portanto, a Capes permitia que tivessem alunos sem bolsa e  
30 alunos com a bolsa e a bolsa empresa. Informou que não tirariam a bolsa daquele aluno, porque  
31 aquela Portaria não substituíria a outra, de 2010. O **Prof. João Batista Fogagnolo (FEM)** disse  
32 que, na Instrução Normativa da PRPG, entretanto, estava sendo dito que o aluno só poderia  
33 acumular se não houvesse alunos sem bolsa. A **Sra. Presidente** disse que tinham optado por não  
34 repetir a Portaria 133, pois não adiantaria fazer uma Instrução Normativa que repetisse o que a

1 133 permitia. No entanto, reforçou que, se tivessem dúvidas, a PRPG poderia ajudar a fazer  
2 aquela Instrução. Perguntou ao Prof. João se eles já tinham a Instrução pronta. O **Prof. João**  
3 **Batista Fogagnolo (FEM)** disse que havia uma Instrução dos três programas da Faculdade de  
4 Engenharia Mecânica, que tinha saído na sequência da Instrução da PRPG. A **Sra. Presidente**  
5 sugeriu que, se aquela dúvida se mantivesse, o Prof. João enviasse para a PRPG. O **Prof. João**  
6 **Batista Fogagnolo (FEM)** agradeceu. A **Sra. Presidente** perguntou se havia mais alguma  
7 manifestação, informação ou informe, e, não havendo, desejou a todos um bom final de ano.  
8 Disse que tinha sido um prazer estar com eles naquele ano, e que esperava que aquele prazer se  
9 renovasse no ano seguinte. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

NOTA: A presente Ata foi aprovada na **412ª**  
**Reunião Ordinária da CCPG**, realizada em 07 de  
fevereiro de 2024.